

Algarve a uma só voz para obter fundos europeus

Sete associações algarvias, mais a Universidade do Algarve, vão juntar-se para criar uma linha-mestra para a região até 2020 e aproveitar os últimos fundos europeus disponíveis, que podem revelar-se "uma desilusão".

Mário Lino, correspondente no Algarve (www.expresso.pt)
17:24 Sexta feira, 12 de outubro de 2012

 [1 comentário](#)

O Algarve, como região, está a organizar-se para avaliar qual o melhor caminho a seguir nos próximos anos, em termos estratégicos, de forma a poder aproveitar ainda a última oportunidade para receber os fundos comunitários.

"Nós somos a única NUT II que é NUT III e vice-versa, com uma só universidade pública e isto não se passa com outras regiões. Este quadro de cooperação institucional só é possível aqui", explica Macário Correia, presidente da Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL).

As NUT, Unidades Territoriais para Fins Estatísticos, coincidem no Algarve como região e sub-região, ao passo que no Alentejo existem sub-regiões como Alentejo Litoral, Alto, Central e Baixo Alentejo, por exemplo.

Talvez por isso, mas também porque o Algarve se sente longe e pouco ouvido pelo poder central, em Lisboa, as associações empresariais, de hotéis, comércio e construção civil reuniram-se para avaliar em conjunto com a Universidade do Algarve e a CCDR-Algarve qual a situação atual da região em termos económicos e quais as soluções para sair da crise.

O protocolo envolve a AMAL, a Associação de Comerciantes da Região do Algarve (ACRAL), a Associação de Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve (AHETA), a Associação dos Industriais Hoteleiros e Similares do Algarve (AIHSA), a Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas (AECOPS) e a Associação Nacional de Jovens Empresários (ANJE).

Recorde-se que o Algarve é, a nível nacional, é a região campeã do desemprego, com uma média de 17,4% no segundo trimestre, bem acima da

média nacional, que se situa nos 15%.

"Temos de pensar para além dos fundos"

"Esta é uma coincidência de intenções que vem muito ao encontro das nossas necessidades", explica Vítor Neto, ex-secretário de Estado do Turismo e presidente do Núcleo Empresarial da Região do Algarve (NERA). " É necessário redefinir o enquadramento estratégico, para o turismo mas também para outros sectores económicos , até porque os fundos comunitários no próximo quadro podem revelar-se uma desilusão. Temos de pensar para além dos fundos, e esse é um desafio para todos nós que exige esforço", acrescenta Vítor Neto.

David Santos, presidente da CCDR-Algarve, confirma aliás que as perspectivas para o futuro, em termos de verbas disponíveis, não são animadoras: "Existe uma possibilidade clara de redução de fundos para o Algarve, mesmo sendo região de transição, até porque as verbas comunitárias a fundo perdido devem desaparecer".

Algarve ambiciona estatuto de região de transição na União Europeia

Ainda assim, o simples facto de poderem existir ainda verbas a partir de 2014 já é melhor do que aquilo que anteriormente se previa. É que o Algarve estava classificado na União Europeia como região em *phasing out* e portanto fora do Objectivo 1 (de convergência), pelo que estaria à partida excluída do grosso das verbas comunitárias nos próximos quadros de apoio.

No entanto, a União Europeia prepara-se para aprovar uma nova classificação para regiões intermédias ou de transição, que permita que algumas regiões com PIB entre os 75 e os 100% da média nacional possam aceder a alguns programas de financiamento. Em Portugal, o Algarve é a única região que ficará classificada dentro dessa categoria.

Curiosamente, foi também a nível nacional até agora, ao nível do QREN, a região que pior soube aproveitar os fundos comunitários.

No final de junho deste ano, o investimento elegível associado ao projetos aprovados no Programa Operacional do Algarve desceu para cerca de 235 milhões de euros e a participação do FEDER para os 97,1 milhões. Segundo dados da CCDR-Algarve, a taxa de compromisso do fundo comunitário correspondia a 58% e a taxa de realização rondava apenas os 46% dos fundos comunitários disponíveis, que rondavam os 175 milhões de euros.